

Liminar suspende assinatura de contrato do TIC

Edimarcio A. Monteiro
edimarcio.augusto@rac.com.br

Uma liminar concedida pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo (TJSP) suspendeu a assinatura do contrato de concessão do Trem Intercidades (TIC) São Paulo-Campinas (Eixo Norte) até o julgamento do mérito da ação. A decisão temporária foi concedida devido a um mandado de segurança movido pelo Sindicato dos Trabalhadores de Empresas Ferroviárias de São Paulo (STEFSP), entidade que elenca 12 irregularidades na concorrência internacional, no valor de R\$ 14,2 bilhões, realizada pelo governo paulista e vencida pelo consórcio C2 Mobilidade sobre Trilho. O consórcio é formado pelo grupo brasileiro Comporte Participações S.A. e a chinesa CRRC Hong Kong Co. Limited.

Formalização da concessão ocorreria em cerca de 40 dias

A principal ilegalidade apontada é a inclusão na concorrência da privatização da Linha 7-Rubi da Companhia Paulista de Trens Metropolitanos (CPTM), que liga São Paulo a Jundiaí, junto com as implantações do TIC São Paulo-Campinas e do Trem Intermetroplitano (TIM) Campinas-Jundiaí. Para o sindicato, houve "aglutinação indevida de serviços", descumprindo a Lei das Licitações, a nº 8.666/93. A entidade entende que as concessões deveriam ocorrer em certames independentes. A liminar de suspensão do contrato foi concedida na terça-feira à noite (23) pela juíza da 9ª Vara da Fazenda Pública do TJSP, Simone Gomes Rodrigues Casoretti.

"Nós não somos contra a construção do Trem Intercidades, mas contra a privatização da Linha 7. Se quiserem fazer um trem até o Nordeste, que façam", disse o diretor do STFSP, David Luiz de Souza. A Secretaria Estadual de Parcerias em Investimentos, responsável pela licitação do TIC Eixo Norte, divulgou, em nota, que a decisão foi proferida ainda dentro do prazo para manifestação do Governo do Estado, sem análise do contraditório. Dessa maneira, o Governo de SP vai recorrer da decisão.

PROCESSO

A liminar foi concedida após o governo publicar, no Diário Oficial do Estado do último dia 5, a homologação do resultado da concorrência e a convocação da C2 para assinatura do contrato de concessão, o que estava previsto para ocorrer entre o final de maio e início de junho. Essa data representaria a antecipação dos 120 dias previstos na concorrência, contados a partir da abertura da proposta, o que ocorreu em 29 de fevereiro passado. O prazo venceria no começo de julho.

O STFSP impetrou o mandado de segurança no Tribunal de Justiça na véspera do encerramento da licitação, mas fez o pedido de liminar após a convocação de assinatura. "Assim, para evitar a ineficácia da medida, pois com a assinatura o mandado de segurança perde o objeto, determinei a suspensão da assinatura do contrato até que as informações sejam prestadas e o mérito possa ser analisado", decidiu a juíza Simone Casoretti em seu despacho.

De acordo com o presidente do Sindicato dos Ferroviários, Eluiz Alves de Matos, a principal preocupação é com o futuro dos 1,2 mil funcionários da CPTM que trabalham na Linha 7-Rubi. O número representa 24% dos 5 mil trabalhadores de empresas ferroviárias públicas e privadas do trecho entre Santos e Jundiaí, que é a área de cobertura



Linha 7-Rubi, da Companhia Paulista de Trens Metropolitanos (CPTM), liga São Paulo a Jundiaí; governo estadual disse que vai recorrer da decisão judicial

Foto: Rodrigo Zanotto

DECISÃO TEMPORÁRIA

Justiça concede liminar e suspende assinatura de contrato do TIC

Sindicato dos Trabalhadores de Empresas Ferroviárias de São Paulo questiona inclusão da linha 7-Rubi da CPTM na mesma licitação do Trem Intercidades



Eluiz Alves de Matos, presidente do Sindicato dos Ferroviários de São Paulo, disse que a principal preocupação é com o futuro dos 1,2 mil funcionários que trabalham na linha: 'o edital não dedica uma linha sequer sobre o futuro dos trabalhadores diante deste novo projeto'

da entidade. "O edital não dedica uma linha sequer sobre o futuro dos trabalhadores diante deste novo projeto. É flagrante ilegalidade que precisa ser explicada pelo governo do Estado de São Paulo", disse o dirigente.

"Nós procuramos o governo desde março de 2023, quando saiu o primeiro edital de concessão, mas nunca tivemos uma resposta, não nos deram atenção", acrescentou Eluiz Matos. Para ele, a concessão da Linha 7-Rubi será a continuidade do "sucateamento" do transporte ferroviário. "O modelo utilizado pelo governo do Estado nas suas primeiras concessões, das Linhas 8 e 9, para a Via-Mobilidade, não funcionou, acarretando problemas e prejuízos diários à população", completou.

Outras irregularidades apontadas pelo sindicato no mandado de segurança são a falta de um estudo técnico preliminar justificando a escolha do modelo de parceria público-privada (PPP) para a realização da concorrência do TIC, ausência que as despesas geradas pela licitação não afetaram as metas de resultados previstas na Lei de Responsabilidade Fiscal, diminuição da competitividade com a exigência de documentação relativa à qualificação técnica e inexistência de autorização legislativa para o uso dos bens imóveis de propriedade do Estado para implementação do projeto.

VALORES

Dos R\$ 14,2 bilhões de investimento no TIC São Paulo-Campinas, o governo paulista

entrará com R\$ 8,95 bilhões, com a outra parcela sendo de responsabilidade do consórcio C2 Mobilidade sobre Trilhos. A administração prevê ainda destinar R\$ 255 milhões anuais para garantir a prestação do serviço ao longo dos 30 anos de concessão. Segundo o governo, a participação do ente público é necessária para garantir o equilíbrio econômico-financeiro do contrato e para assegurar o valor máximo da passagem de R\$ 64 para o TIC e a tarifa cheia de R\$ 14,60 para o TIM.

O Trem Intermetroplitano terá paradas em Campinas, Valinhos, Vinhedo, Louveira e Jundiaí, estando previsto para entrar em operação em 2029. Já o Intercidades está programado para dois anos depois, com uma

parada em Jundiaí. Ele será um serviço expresso feito por trens e média velocidade, podendo circular a até 140 km/h, percorrendo em 64 minutos os 101 quilômetros entre as estações Cultura (Fepasa), em Campinas, e Barra Funda, na capital.

O governo prevê que esses dois serviços e mais a Linha 7-Rubi transportarão diariamente cerca de 500 mil passageiros, quando todos estiverem em funcionamento. O TIC Eixo Norte marcará a retomada do transporte ferroviário de passageiros na região de investimentos nesse modal. O governo tem planos de lançar, no próximo ano, a licitação do serviço entre São Paulo e Sorocaba, além de estudar novas ligações para São José dos Campos e Santos.

Um estudo feito pelo Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de São Paulo (Crea-SP) mostrou que o uso desse modal é essencial para evitar o iminente colapso do transporte rodoviário da macrometropole paulista, formada pelas regiões metropolitanas de Campinas, São Paulo, Jundiaí, São José dos Campos e Santos, acrescida da RM de Sorocaba.

MAIOR LICITAÇÃO

A concessão do Eixo Norte é a maior licitação realizada pelo governo paulista no primeiro trimestre e uma das principais programadas para 2024. Além dela, a administração vendeu, na última sexta-feira (19), o controle da Emae (Empresa Metropolitana de Águas e Energia) por R\$ 1,04 bilhão. A vencedora foi o fundo de investimentos FIP Phoenix, que ofertou lance por ação de R\$ 70,65, valor 33,7% superior ao mínimo exigido no edital (R\$ 52,85).

Outras duas grandes concorrências programadas pelo governo para este ano são a privatização da Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo (Sabesp) e a construção do túnel Santos-Guarujá. A venda da Sabesp está em andamento, com a vencedora tendo que investir R\$ 68 bilhões até 2029 para universalizar os serviços de água e esgoto no Estado. O montante chega a R\$ 260 bilhões durante os 35 anos da concessão, de acordo com o documento publicado pelo governo para consulta pública.

A construção do túnel para ligar as cidades de Santos e Guarujá está estimada em R\$ 5,8 bilhões. O governo tem outros 11 outros projetos de concessão previstos para realizar até 2026 e prevê atrair R\$ 220 bilhões em investimentos. Entre eles estão as privatizações de rodovias, manutenção de escolas, concessão e ampliação de linhas dos metrô da capital.

